

# MANOEL BONFIM E A SUPERAÇÃO DO COLONIALISMO NA AMÉRICA LATINA

 10.5935/2177-6644.20220004

MANOEL BONFIM AND THE  
OVERCOMING OF COLONIALISM IN  
LATIN AMERICA

MANOEL BONFIM Y LA SUPERACIÓN DEL  
COLONIALISMO EN AMÉRICA LATINA

**José Jailton Camargo \***

 <https://orcid.org/0000-0003-3947-6252>

**Maria Sueli Ribeiro \*\***

 <https://orcid.org/0000-0002-1511-5439>

**Resumo:** Para desenvolver o texto nos pautamos em duas referências. A primeira é o livro *América Latina: males de origem* de Bonfim, publicado em 1905 e a segundo é o artigo *Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina*, de Aníbal Quijano.

**Palavras-chave:** Modernidade/Colonialidade. América Latina. Brasil. Manoel Bonfim. Teses.

**Abstract:** To develop the text we have based ourselves on two references. The first is the book *América Latina: males de origem* from Bonfim, published in 1905; the second one is the article *Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina*, from Aníbal Quijano.

**Key-words:** Modernity/Coloniality. Latin America. Brazil. Manoel Bonfim. Theses.

**Resumen:** Para desarrollar el texto nos pautamos en dos referencias. La primera es el libro *América Latina: los males de origen* de Bonfim, publicado el 1905; la segunda es el artículo *Don Quijote y los molinos de viento en América Latina*, de Aníbal Quijano.

**Palabras-clave:** Modernidad/Colonialidad. América Latina. Brasil. Manoel Bonfim. Tesis.

\* Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor no Instituto Federal do Paraná (IFPR, Campus de Irati).  <http://lattes.cnpq.br/8878739582679098> - E-mail: [aramaico6@yahoo.com.br](mailto:aramaico6@yahoo.com.br).

\*\* Graduada em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) e Ciências Sociais pela Universidade Luterana do Brasil (ULB). Professora na Educação Pública do Paraná  <http://lattes.cnpq.br/4276920063650938> - E-mail: [mrsr\\_historia@yahoo.com.br](mailto:mrsr_historia@yahoo.com.br).

## Introdução

François Simiand, o notável economista durkheimiano que contribuiu com a Escola dos Anais, em seu início, denunciava os “ídolos da tribo dos historiadores” (SIMIAND, 2003, p. 110). Ao lado do ‘ídolo político’ e do ‘ídolo individual’, estava o ‘ídolo cronológico’, definido como o “hábito de perder-se nos estudos das origens [...]” (SIMIAND, 2003, p. 113). Ele se referia, claro, aos historiadores metódicos da sua geração e que ainda eram muito influentes na passagem do século XIX para o XX.

É sem dúvida um hábito ainda bastante comum à nossa tribo, o de buscar saber quando as coisas começaram. Não apenas para dar satisfação ao espírito ou encher o mundo de monografias, mas porque, concordando com Paul Veyne, “[...] a reivindicação do inventário completo é particular a nós; não deixa de ser, por isso, perfeitamente legítima” (VEYNE, 1983, p. 37). Isto é, entendemos que as coisas precisam ser explicadas em suas especificidades e, muitas vezes, por sob a aparência do radicalmente novo, pode-se perceber continuidades não reivindicadas.

Assim, incorremos talvez nesse artigo o risco de ser vistos como adoradores do ‘ídolo das origens’ da nossa tribo, ao pesquisar e demonstrar proposições de alguém que defendia ideias presentes nos trabalhos de autores decoloniais, num período muito anterior às formulações dos mesmos. E num país, o Brasil, que parece propositadamente ausente de suas reflexões.<sup>1</sup>

Desde logo: não sugerimos que Manoel Bonfim era um autor decolonista, em plena passagem do século XIX para o XX. Aceitamos apenas o pecado do *ídolo das origens*, que não parece ‘mortal’ como o do anacronismo. Propomos, mais simplesmente, que o sucesso de uma proposta não precisa ofuscar o fato de que algo parecido talvez tenha acontecido antes.

Vamos nos concentrar em algumas críticas de autores ligados ao coletivo Modernidade/Colonialidade (M/C)<sup>2</sup> ao sistema-mundo moderno e sua constituição, e procurar demonstrar como críticas parecidas podem ser encontradas em uma obra seminal – e largamente ignorada – como é *América Latina: males de origem*. Basicamente, a denúncia e desconstrução do

---

<sup>1</sup> Existem questões a serem levantadas sobre essa ausência, que não são o objetivo do texto aqui, mas que devem ser ponderadas. Muitas vezes o único falante de português é visto com uma postura imperialista, especialmente em relação à América do Sul. Por outro lado, as posturas das elites locais, sempre privilegiando o desejo de ser europeu e torcendo o nariz para os irmãos da América Latina, também pode ser anotada.

<sup>2</sup> Segundo Luciana Ballestrin (2015, p. 89) “formado por intelectuais latino-americanos situados em diversas universidades das Américas, o coletivo realizou um movimento epistemológico fundamental para a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina no século XXI: a radicalização do argumento pós-colonial no continente por meio da noção de ‘giro decolonial’. Assumindo uma miríade ampla de influências teóricas, o M/C atualiza a tradição crítica de pensamento latino-americano, oferece releituras históricas e problematiza velhas e novas questões para o continente. Defende a ‘opção decolonial’ – epistêmica, teórica e política – para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva”.

racismo; a tese de que os males que afligem os povos ao sul do rio Bravo se devem a um projeto (colonial) pensado em outros lugares; e a necessidade de enfrentar “epistemologicamente” o agressor.

Vamos utilizar como base para a discussão um texto de Aníbal Quijano, expoente do grupo Modernidade/Colonialidade onde o mesmo sintetiza as principais posições e ideias do giro decolonial *Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina*; e o livro de Manoel Bonfim *América Latina: males de origem*, publicado originalmente em 1905.

Luciana Ballestrin propõe – e concordamos com ela - que “como tantas escolas orientadas pelos “pós”, o pós-colonialismo se tornou uma espécie de “moda” acadêmica, tendo penetrado tardiamente nas ciências sociais brasileiras” (BALLESTRIN, 2013, p. 90). Não se trata de desqualificar uma perspectiva com a qual temos, aliás, grande identificação, não apenas teórica, mas também ético-política. O caso é que, muitas vezes, a chegada das tendências da moda no mundo acadêmico repele, de imediato, a reflexão sobre elas mesmas, sendo mais comum, no início, a aceitação de seus pressupostos e a validação rápida de suas teses como inovação, novidade, rompimento com paradigmas antigos.

Obviamente que não estamos propondo, e sequer temos a pretensão ou capacidade para tal, julgar a validade e vigor teóricos da perspectiva decolonial. A robustez das publicações e o refinamento teórico e crítico de seus principais autores falam por si mesmos; mas como tudo o mais no mundo, ela pode ser questionada, avaliada, pensada.

Se ao final o leitor concluir que nossa tese está errada, restará sempre o prazer que tivemos em elaborá-la, e a possibilidade, igualmente aprazível, de saber porque ela não se sustenta.

### **A América e o Sistema-Mundo**

Immanuel Wallerstein, um dos pensadores mais importantes do mundo contemporâneo, começou seu pequeno livro *O universalismo europeu*, afirmando que “a história do sistema-mundo moderno tem sido, em grande parte, a história da expansão dos povos e dos Estados europeus pelo resto do mundo. Essa é a parte essencial da construção da economia-mundo capitalista” (WALLESTEIN, 2007, p. 29). Povos, Estados e, podemos dizer também, culturas que, a partir do que se convencionou chamar Europa ocidental, foram levados para diversas partes do mundo, impactando de diversas maneiras as populações das outras regiões.

Wallerstein, que construiu uma monumental história do sistema-mundo em quatro volumes, passou a constituir o grupo Modernidade/Colonialidade, juntamente com Walter Mignolo, Aníbal

Quijano e outros. Segundo Quijano “ambas as propostas encontraram finalmente um canal comum com a publicação conjunta, por ambos os autores, de *Americanity as a concept or the Americas in the Modern World-System*“ (QUIJANO, 2009, p. 22).

Para Wallerstein, não existe possibilidade de pensar o capitalismo histórico fora do território que lhe é próprio: o globo todo. Esse sistema mundial começou a se organizar e fortalecer, segundo ele, a partir do século XVI, com a agricultura capitalista da Europa Ocidental (WALLERSTEIN, 1979). Sua expansão pelo mundo incluiu (excluindo) a América. Para os autores decolonialistas, é ponto pacífico que não haveria modernidade sem o novo continente. E concordar com essa tese parece ter sido umas das questões que fez Wallerstein se aproximar do grupo e, inclusive, aperfeiçoar a sua teoria do Sistema-Mundo capitalista.

Mas essa inclusão/predação da América não é apenas a agregação de mais um enorme espaço a ser explorado pelos europeus ocidentais. Para os autores decoloniais, tanto do ponto de vista da acumulação de capital, como da invenção de um racismo útil aos seus padrões de dominação, não haveria modernidade sem América. Para Quijano “sem ela, sem a violência colonial, não haveria sido possível a integração entre esses novos sistemas, menos ainda sua prolongada reprodução” (QUIJANO, 2009, p. 33).

Estamos, portanto, falando de uma região que foi imprescindível para tornar o capitalismo atual tal como é, mas que no interior do sistema que ele representa e domina, é largamente marginalizada, sendo essa marginalização parte estrutural do processo de legitimação do domínio que sobre ele tem sido historicamente exercido.

A forma como os europeus chegaram, dominaram e predaram as regiões do continente americano, especialmente de sua parte ‘latina’ foi determinante para que, séculos depois, heranças desse período inicial se manifestem no que as vezes se chamou de descolonização incompleta. Na visão decolonial, colonialidade.

Diversos autores latino-americanos, ao longo do tempo se propuseram a explicar e procurar soluções para os complexos problemas da região. Alguns, como José Martí, envolveram-se em processos revolucionários, buscando aliar suas teorias à prática. No Brasil, Manoel Bonfim também procurou explicar e propor soluções ao que considerava, à época, um grande atraso do nosso Estado-nação em relação a outros, especialmente os Estados Unidos e a Europa.

Ao procurar na História do continente os seus “males de origem”, ele identificou, em uma metáfora bastante original, o parasitismo dos colonizadores ibéricos, replicado posteriormente por aqueles que lhes tomaram o lugar à frente do sistema-mundo que se desenvolveu a partir dessa

primeira ‘globalização’.

### A ideia de parasitismo como explicação do atraso

Em 1905, um sergipano radicado no Rio de Janeiro e que estudara na França [onde os expoentes da escola histórica do século XIX o deixaram furioso pela quantidade de besteiras que escreviam sobre a América do Sul]<sup>3</sup>, lançou um livro. O nome é *América Latina: males de origem*. Amplamente ignorado em seu tempo - salvo pelas críticas raivosas do conservador Silvio Romero, que lhe dedicou 25 artigos onde atacava o “socialismo de colegial” e o “reacionarismo negrista e caboclizante contra as raças superiores” (OLIVEIRA, 2015, p. 777) -, o autor e a obra têm merecido maior atenção em tempos recentes.

Nesse livro seminal, Bonfim estabeleceu teses que normalmente aprendemos a partir de outros autores, geralmente bastante posteriores a ele. A sua defesa explícita e apaixonada é a de que a situação da região na passagem do século não era culpa dos seus habitantes, de que era preciso olhar para a História – mas não com o viés racista e preconceituoso de então – para entender os “males de origem” e corrigi-los. Vamos nos ater a três dessas teses a título de ilustrar que elas nem sempre são tão novas quanto parecem. Em primeiro lugar, a de que os males da América Latina não são culpa do seu povo, do seu destino, inapetência ou qualquer coisa do gênero.

Para Bonfim, e bem ao estilo da época<sup>4</sup>, a triste situação do continente estava ligada justamente ao parasitismo dos colonizadores que aqui se estabeleceram. Um dos subcapítulos da primeira parte chama-se “consequências da malevolência europeia”. Na sequência, desenvolve-se a tese do parasitismo: comparando as coroas ibéricas à vermes que degeneraram após encontrarem um hospedeiro (a América), ele propõe que “na transição do parasitismo depredador para o sedentário, atrofiam-se todos os outros órgãos e aparelhos internos e dos sentidos, ao mesmo tempo que se desenvolvem os colchetes e ventosas que prendem e esgotam a vítima” (BONFIM, 2008, p. 79).

Nessa metáfora eram explicadas as causas da decadência das coroas ibéricas (degeneração), ao mesmo tempo em que, degenerando, tornavam-se mais e mais especializadas em parasitar a

---

<sup>3</sup> “Um exemplo típico é o dessas trinta e poucas linhas, que se lêem na *História da civilização* de Seignobos, e que representam tudo quanto ele julgou necessário dizer sobre o Brasil. Elas são feitas de afirmações como estas: ‘... os paulistas formavam, no século XVIII, um povo independente... O Brasil tornou-se um Estado independente, mas sem perturbações. O regente, irmão do rei de Portugal, tomou o título de imperador do Brasil em 1826...’ É completo, não é?!... Note-se que este Seignobos é figura proeminente no ensino superior, em Paris, professor entre os professores, consultor universal sobre história contemporânea e civilizações modernas, distribuindo diariamente lições e julgamentos à direita e à esquerda” (BONFIM, 2008, p. 9).

<sup>4</sup> Importante ressaltar a força do paradigma médico no Brasil do início do século passado. Bonfim, aliás, era médico de formação e foi estudar psicologia na França, tornando-se depois professor.

região ‘descoberta’ por Colombo.

Alguns dirão que é uma apressada comparação – e ultrapassada – essa entre “organismos biológicos e organismos sociais”. De nossa parte, tendemos a ver uma metáfora amplamente desenvolvida, com outras roupagens, por grandes teóricos da região. Observemos as teses de Caio Prado Júnior sobre a formação do Brasil contemporâneo e/ou as de Eduardo Galeano, no celebradíssimo *As veias abertas da América Latina*. O problema da mineração brasileira e sua decadência é descrita como o único critério sobre o qual se assentara a caótica sociedade das Minas Gerais: “dar quintos a um rei esbanjador e sua corte de parasitas” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 180); não seria semelhante a nutrir vermes? Aqueles que bebem o sangue das “veias abertas” (GALEANO, 2009) não poderiam ser descritos assim também?

De todo modo, a denúncia da exploração colonial aparece com toda eloquência no livro. Antes de assumir, como Romero, que existem “raças superiores” - associadas à Paris ou Londres – ele associa a conquista dessa superioridade com a depredação colonial, que não apenas roubou recursos da América Latina, mas deixou por aqui uma situação onde “[...] a nova pátria não chega nunca a ser uma pátria, senão a ex-colônia” (BONFIM, 2008, p. 269).

Ora, a permanência da colonialidade, enquanto condição que supera o colonialismo – quando o colonialismo desaparece, a colonialidade continua existindo – justamente pela naturalização de hierarquias e padrões de poder enraizados, é justamente uma das melhores contribuições dos grupos de estudos decoloniais às ciências sociais. No fundo, talvez não seja ilegítimo associar a ideia de que, na América Latina, novas pátrias tenham dificuldade para se tornar mais que ex colônias, a esse conceito inovador de colonialidade.

Uma das principais razões porque a América Latina aparecia no discurso europeu da passagem do século como inferior, como uma região do mundo onde o termo “civilização” – a europeia – jamais faria sentido, era a consideração de que os povos da região eram naturalmente inferiores. Parece constituir prova suficiente do quanto esse discurso calou fundo nas elites locais, os projetos eugenistas executados, especialmente no Rio de Janeiro à época. Podemos acrescentar também o incentivo à imigração de europeus para “embranquecer” as populações de negros, índios e mestiços presentes. E, naturalmente, o argumento de Romero de que haveriam ideias “negristas e caboclizantes” que eram contrários às “raças superiores”.

### **A crítica ao racismo**

A invenção do racismo não era um descuido, alguma espécie de pecado escondido em um

povo bom. Era um projeto de poder respaldado pela legitimidade do discurso científico da época. Nesse sentido, para Bonfim, a “Sociologia oficial da Europa e dos Estados Unidos” já havia condenado os latino-americanos:

Diz ela que os superiores devem governar os inferiores – porque estes são incapazes, absolutamente incapazes, de atingir uma civilização adiantada; ao mesmo tempo, proclama que os anglo-saxões são os ‘superiores’ porque dominam hoje dois terços da Terra. Destarte, a superioridade da raça, que deverá ser definitiva para que a teoria possa prevalecer, deixa de ser definitiva. Estes, que são superiores hoje, eram inferiores há dois séculos; a superioridade de então pertencia aos espanhóis e portugueses (BONFIM, 2008 p. 193).

Ao explicar sobre a importância da invenção do ‘conceito’ de raça, Quijano sugere que “o novo sistema de dominação social teve como elemento de fundação a ideia de *raça*<sup>5</sup>. Essa é a primeira categoria social da modernidade” (QUIJANO, 2009, p. 29). Aplicável, primeiro, aos “índios” americanos e depois aos africanos arrancados de suas terras natais e transformados em escravos, permitiu a experiência de classificação artificial dos povos do mundo; os europeus ocidentais acima de todos os outros.

O que foi o extermínio dos povos nativos no continente americano - dos quais parece existir uma certa predominância de citações sobre aqueles dominados pelos espanhóis, como existe uma clara preferência por autores de língua espanhola<sup>6</sup> - é muito bem explicitado pelos autores mais proeminentes do giro decolonial. Assim como o fato de que a eles foi “[...] imposta uma única identidade, racial, colonial e derogatória de ‘índios’” (QUIJANO, 2009, p. 29).

Ao citar os povos americanos de civilização mais avançada, a título de se contrapor à ideia de “inferioridade” das culturas da região, Quijano recorre aos clássicos casos dos Incas, Maias e Astecas. Bonfim, por sua vez, destaca que “no Paraguai, uma população, cuja maioria é composta de elementos guaranis, atingiu a um grau de progresso social que, no momento, era bem superior ao das populações vizinhas” (BONFIM, 2008, p. 200) lembrando que, justamente por isso, sofreram uma atroz perseguição de Brasil, Argentina e Inglaterra. Talvez seja uma das expressões mais completas da colonialidade do poder o fato de que uma nação, europeia, pudesse instigar povos latino-americanos a se matarem entre si.

---

<sup>5</sup> Segundo Grosfoguel, “o ‘racismo de cor’ não foi o primeiro discurso racista. O ‘racismo religioso’ (‘povos com religião’ versus ‘povos sem religião’ ou ‘povos com alma’ versus ‘povos sem alma’) foi o primeiro elemento racista do ‘sistema-mundo patriarcal, eurocêntrico, cristão, moderno e colonialista’” (GROSFOGUEL, 2016, p. 39).

<sup>6</sup> Ballestrin (2013, p. 111) referindo-se ao grupo Colonialidade/Modernidade diz que “o Brasil aparece quase como uma realidade apartada da realidade latino-americana. É significativo o fato de não haver um(a) pesquisador(a) brasileiro(a) associado ao grupo, assim como nenhum cientista político – brasileiro ou não. Também o grupo foi atingido pelo ‘complexo de Colombo’ [Melman, 2000]. Assim, ele privilegia a análise da América hispânica em detrimento da portuguesa e chama pouca atenção aos processos de colonialidade e subimperialismo dentro do continente, a exceção dos Estados Unidos”.

O racismo que criara o ‘mestiço’, culpado – pelo menos até a chegada de *Casa Grande & Senzala*<sup>7</sup> – de muitos males por aqui, supunha, à época de Bonfim, que estes eram ‘inferiores’ às ‘raças progenitoras’. Em suas palavras:

Quanto à inteligência, ninguém contestará que os há – mestiços admiravelmente bem dotados. São exceções, dizem. Sim, sem dúvida que são exceções; não é somente entre os mestiços, mas por toda parte – os grandes talentos, os gênios, constituem exceção, formam uma minoria insignificante sobre a massa geral, banal, medíocre. Dar-se-á, por acaso, que a Inglaterra seja constituída de Shakespeares, Newtons e Bacons, ou que na Alemanha só haja Goethes e Gutenbergs? (BONFIM, 2008, p. 212).

Essa ideia, portanto, de que existem povos superiores, que inclusive possuíam o poder de nomear os outros, servia como uma justificativa ideológica para nublar o fato de que a opulência dessas sociedades e povos se dava – e continua se dando, daí a importância de uma teoria decolonial – às custas da rapina, predação, “parasitismo” de outras regiões do mundo, em particular a América Latina.

Essa justificativa, que Bonfim desnuda e se opõe, era, como já apontamos, sustentada pela ciência mais ‘avançada’ da época. Mesmo assim, e tendo uma formação europeia – como mostramos, foi estudar Psicologia em Paris -, ele não aceitava que essa ciência estivesse correta. Inclusive, reivindicava que se pusesse aos latino americanos as chances de se apropriar desses saberes, pois na sua opinião, eram perfeitamente capazes de se desenvolver e prosperar, tanto quanto os povos que ora dominavam o mundo.

Mas não era apenas porque carecia de bem-estar que a América Latina precisava se desenvolver. Para ele, era uma questão de soberania. Em suas palavras “é pueril pensar em resistir eficazmente à Europa, formidável e avassaladora, só com metralhas e fuzis; seremos fatalmente vencidos e devorados; o exemplo bôer dispensa qualquer demonstração mais longa [...]” (BONFIM, 2008, p. 285).

E não apenas à Europa. Sua crítica já se fazia também aos Estados Unidos e à Doutrina Monroe, temendo que “defendendo-nos, a América do Norte irá, fatalmente, absorvendo-nos” (BONFIM, 2008, p. 12).

Bem ao gosto da época, isto é, o início do século XX, a mudança da Monarquia para a República, “engenheiros, médicos e educadores compõem as principais categoriais de uma nova elite que examinou os males do Brasil [...] Entre eles, o discurso médico ganhou grande destaque ao propor ‘higienizar e educar’ como caminhos para tirar o país do atraso” (OLIVEIRA, 2015, p. 774).

---

<sup>7</sup> Por outro lado, não se pode esquecer que, ao mesmo tempo em que elogiava a mestiçagem, Freyre inaugurava uma visão romantizada, e falsa, de que as relações raciais no Brasil haviam sido harmônicas ao tempo da escravidão.

Educar o povo era a receita que Bonfim propagava como a grande solução para sanar os “males de origem” no Brasil e na região em geral. “Comecemos pelo princípio: difusão do ensino primário. Espanejemos inteligências, despertemo-las; é o caminho para chegarmos à educação integral” (BONFIM, 2008, p. 287).

Certamente as ideias de Bonfim não chegaram ao ponto de propor uma epistemologia própria, “do Sul”, terceiro-mundista, “subalterna”, Latino-americana e muito menos decolonial. Mas podemos reconhecer que a importância do conhecimento como arma não apenas para defender os indivíduos, mas inclusive para defender a necessária soberania dos povos do continente, estava amplamente colocada em sua obra.

Um autor brasileiro, da passagem do século XIX para o XX, pensando a América Latina. Outros talvez tenham defendido ideias parecidas, não sabemos, mas podemos inferir que encontramos um ídolo de historiadores, uma “origem” bastante recuada no tempo, de ideias que sempre nos pareceram ser de outros autores. Seria um passo audacioso demais supor que, mesmo a potência e originalidade do giro decolonial já encontravam pressupostos nesse pensamento?

### **Considerações finais**

Como esperamos ter demonstrado, o pensamento latino-americano poderia incluir em seu cânone Manoel Bonfim, juntamente com José Carlos Mariátegui, Caio Prado Júnior, Eduardo Galeano, José Martí entre dezenas de outros. Um autor que escreveu em português, que mesmo conhecendo as maravilhas da ‘capital do século XIX’ (Paris) não se deixou convencer pelas opiniões correntes que os europeus ocidentais nutriam pela região.

Mas ousamos pensar, também, que ele poderia ser reconhecido como defensor de teses que sempre aparecem associadas a outros pensadores. Teses que, certamente, foram desenvolvidas e levadas teoricamente mais longe depois, mas que não deixam se surpreender por sua precocidade; mais ainda por serem defendidas por um membro da elite letrada da Primeira República brasileira, justamente em um momento em que vigoravam no país ideias de cunho racista e eugenista.

A radicalidade dos seus pressupostos pode ajudar a entender o porquê de ter sido solenemente ignorado pelos seus contemporâneos. Como a parábola do semeador, o terreno estaria fértil para essas teses somente muito tempo depois; isto se considerarmos que ideais de soberania, desenvolvimento científico e repúdio ao racismo de fato prosperam na América Latina. Se sim, com certeza o sucesso do grupo Colonialidade/Modernidade é em grande responsável, embora, como defendemos, não os tenha de fato lançado.

No pensamento de Bonfim não aparece a ideia de superação da colonialidade do saber. Isto é, o desenvolvimento científico que ele reclama aos latino-americanos - inclusive como condição indispensável à manutenção de suas soberanias ameaçadas tanto por europeus como pelo ‘grande irmão do Norte’ -, é ainda o de matriz europeia. Mas ele escreveu essas teses em 1905. A proposta de um saber calcado nas realidades latino-americanas é, sem dúvida, uma das contribuições mais relevantes do grupo M/C e dos estudos decoloniais – contanto que o Brasil não seja excluído dessa proposta por falar português.

Poderíamos propor, finalmente, que ‘acontecem mais coisas ao sul do Rio Bravo’ do que as vanguardas esclarecidas de qualquer época podem supor.

### Referências

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11. 2013, p. 89-117.

BONFIM, Manoel. **América Latina**: males de origem. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2008.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Manoel Bonfim: autor esquecido ou fora do tempo? **Sociologia & Antropologia**, v. 5, n. 3, 2015, p. 771-797.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

QUIJANO, Aníbal. Dom quixote e os moinhos de vento na América Latina. IN: ARAÚJO, Cicero; AMADEO, Javier (Orgs.). **Teoria política Latino-americana**. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2009.

SIMIAND, François. **Método histórico e ciência social**. São Paulo: Edusc, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. **El moderno sistema mundial**: la agricultura capitalista y las Orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI. México: Siglo Veintiuno Editores, 1979.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu**: a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.

VEYNE, Paul. **O inventário das diferenças**: história e sociologia. São Paulo: Brasiliense, 1983.

*Recebido em: 07 de março de 2022.*

*Aprovado em: 10 de abril de 2022.*